

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP/OS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ITEP/OS, é constituída sob a forma jurídica de associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 05.774.391/0001-15, qualificada como Organização Social – OS, através do Decreto nº 26.025, 14 de outubro de 2003.

O âmbito de atuação do ITEP se estende por todo o território nacional e fora dele, através de representações que venham a se estabelecer, a critério do Conselho de Administração, as quais deverão se submeter e reger-se-ão pelas disposições estatutárias e pelo Regimento Interno, sendo a Associação constituída por um número limitado de associados.

2. MISSÃO E OBJETIVOS SOCIAIS DO ITEP

O ITEP/OS tem como missão gerar e difundir conhecimentos, prestar serviços especializados, realizar pesquisa aplicada, formar recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, promover a inovação e a competitividade tecnológica, visando o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável e a melhoria da qualidade de vida, em particular do Estado de Pernambuco e, em geral, da região Nordeste e do País.

3. SUMÁRIO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS.

3.1 Sumários das Práticas Contábeis

- 3.1.1 Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, aplica-se a mesma os Princípios de Contabilidade e Interpretação contida na Resolução CFC nº 1409, 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG (Norma Brasileira de Contabilidade - Interpretação Técnica) 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Também se aplica, quando o caso requer, a NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade Geral) 1000 – Contabilidade para Pequena e Médias Empresas.
- 3.1.2 As receitas e as despesas são reconhecidas respeitando-se o regime contábil de competência. Quando ocorridas, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade) 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

1

- 3.1.3 Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade. A entidade constituiu provisão em montante suficiente para atender as suas obrigações junto a terceiros. Enfocamos também que não há necessidade de se constituir provisões relativas a valores de realização, bem assim baixa de valores prescritos, incobráveis e anistiados.
- 3.1.4 O valor do superávit ou déficit foi incorporado ao Patrimônio Social. Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.
- 3.1.5 Na adoção inicial da Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, a entidade não adotou os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG (Sessão 35 da Resolução CFC nº 1255, de 10 de dezembro de 2009, NBCT – TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) 10. No caso da entidade, não há a necessidade de se ter registro em contas de compensação. A Entidade recebe alguns recursos de aplicação restrita, os quais são depositados em instituições financeiras, gerando os correspondentes rendimentos.

3.2 Elementos Patrimoniais

- 3.2.1 Entidade possui aplicações de Liquidez Imediata e Aplicações de Curto Prazo as datas de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a saber:

APLICAÇÕES	31/12/2015	31/12/2014
Invest Plus Bradesco	R\$ 533.170,94	R\$ 1.887.329,14
Santander - Renda Fixa Po FIC Empresa	R\$ 22.576,78	R\$ 2.355.316,31
Banco do Brasil - BB Renda Fixa LP 100	R\$ 1.299,97	R\$ 2.122,15
Banco do Brasil - BB CP Automático	R\$ 306.318,53	R\$ 12.621,98
Banco do Brasil - BB CP 50 Mil	R\$ 8.145,34	R\$ 229.906,90
Banco do Brasil - BB Renda Fixa 500	R\$ 2.156,68	R\$ 5.720,86
Banco do Brasil - BB Admin Supremo	R\$ 42,23	R\$ 39,46
Banco do Brasil - BB CDB DI	R\$ 500,00	R\$ 63.500,00
Caixa Econômica Federal - FIC	-	R\$ 49,29
Banco do Nordeste do Brasil	R\$ 766,56	R\$ 766,56

3.2.2 Estoques

Com saldos de R\$ 1.010.412,42, em 2014 e de R\$ 1.059.883,41, em 2013, os estoques dizem respeito a material de consumo, estando avaliados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa o valor justo (valor de mercado). Nesse caso, não se tornou necessário o registro de uma estimativa de redução desse custo ao preço de mercado ou valor justo.



3.2.3 Imobilizado

Convém destacar que a entidade não levou a efeito a faculdade do ajuste ao Custo Atribuído, consoante previsto em Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Ademais, não foi levada em consideração a redução do Imobilizado em relação do Teste de Recuperabilidade. Destaca-se que a entidade não procedeu, nos exercícios sociais de 2013, 2014, e 2015, o teste de recuperabilidade devido à falta de um tombamento patrimonial. A entidade planeja efetuar esse levantamento patrimonial durante o atual exercício social.

3.2.4 Imposto de Renda e CSLL

Considerando a atividade exercida pela Entidade, eis que essa não é sujeito passivo de obrigações tributárias, na qualidade de contribuinte.

3.2.5 Provisões em Geral

Atendendo as normas societárias e ao regime contábil de competência dos exercícios, a entidade vem contabilizando as provisões que digam respeito à obrigações junto a terceiros.

4. DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO

As contas sintéticas que formam o Ativo Não Circulante Imobilizado apresentam-se com os seguintes saldos:

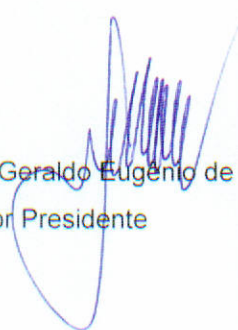
CONTAS	31/12/2015	31/12/2014
Móveis e Utensílios	R\$ 1.281.863,99	R\$ 1.276.663,99
Máquinas e Equipamentos	R\$ 10.956.045,17	R\$ 10.278.775,56
Material Didático	R\$ 113.515,08	R\$ 103.493,38
Veículo	R\$ 1.741.961,55	R\$ 1.741.961,55
Equipamentos de Informática	R\$ 2.536.732,92	R\$ 2.509.183,94
(=) Valor Bruto do Imobilizado	R\$ 16.630.118,71	R\$ 15.910.078,42
(-) Depreciação Acumulada	R\$ 2.365.287,68	R\$ 2.360.794,56
(=) Valor Líquido do Imobilizado	R\$ 14.264.831,03	R\$ 13.549.283,86

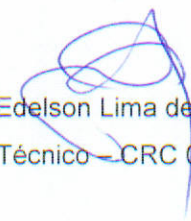
5. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações tributárias e fiscais estão assim compostas:



OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS - PARCELAMENTOS	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 2.981.609,46	R\$ 1.370.471,55
IRRF a recolher	R\$ 539.267,83	R\$ 338.261,53
ISS recolher	R\$ 8.244,57	R\$ 11.267,96
PIS/PASEP	R\$ 32.974,27	R\$ 26.897,48
COFINS s/faturamento	R\$ 821.861,05	R\$ 821.861,05
INSS a recolher	R\$ 102.043,86	R\$ 33.490,76
PIS/COFINS-CSLL retidos	R\$ 16.245,67	R\$ 5.548,51
PAEX – Pis Parcelamento	-	R\$ 496,71
PAEX – COFINS Parcelamento	-	R\$ 2.054,19
INSS – Parcelamento INSS nº 61201895-4	-	R\$ 130.593,36
INSS – Parc. Simplificado – Proc. 99777659-5	R\$ 449.293,26	
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480-7213895/2015-11	R\$ 770.351,02	
INSS – Parc. Simplificado – Proc. 99781413-6	R\$ 241.327,93	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE – CIRCULANTE A LONGO PRAZO	R\$ 13.553,86	R\$ 537.923,83
INSS – Parcelamento INSS nº 61201895-4	-	R\$ 495.467,79
PAEX – Pis Parcelamento	R\$ 1.329,07	R\$ 6.956,92
PAEX – COFINS Parcelamento	R\$ 12.224,79	R\$ 35.499,12
TOTAL	R\$ 2.995.163,32	R\$ 1.908.395,38


 José Geraldo Eugênio de França
 Diretor Presidente


 Edelson Lima de Souza
 Técnico – CRC 013343/O-1